

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: A FORMAÇÃO DOCENTE

BRITO, Fernanda Cristina de¹; NASCIMENTO, Lilian Batista do²

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Rio Verde
E-mail do autor: fernandabritopsique@hotmail.com
lilianascim@hotmail.com

Resumo:

Apesar de a história nos revelar o processo de transformação para se conquistar a Educação Especial no Brasil, questiona-se sobre a qualificação desse profissional que lida direta ou indiretamente com a Educação Inclusiva. Podemos observar que, no que tange a falta de consciência, a escola ainda assume o papel de reprodutora das desigualdades sociais. Para o desenvolvimento deste, temos como objetivo refletir sobre o processo histórico de inclusão no Brasil, apontando os principais marcos, bem como analisar a construção da formação docente. Como base metodológica utilizou-se da pesquisa qualitativa e investigação bibliográfica. Claramente podemos perceber que a inclusão escolar está voltada para a colocação no mesmo grupo de crianças com e sem necessidades educacionais especiais, sem levar em conta as especificidades de cada deficiência/criança. Para tanto, o currículo dos professores deve ser adequado, vendo que necessitam de apoio para o melhor desenvolvimento de suas atividades e, conseqüentemente, fazer com que o real objetivo da Educação inclusiva seja alcançado, que é o de tornarmos todos iguais, porém, respeitando as diferenças. Atualmente, em pleno século XXI, estamos frente a dilemas no sistema educacional. Decretos, resoluções e legislações educacionais vêm sendo criados. Verifica-se que os docentes encontram alguns desafios com a chegada de uma criança deficiente, como por exemplo: o que fazer para incluir sem excluir e marginalizar? Como formar esses novos sujeitos sociais se nem se quer iniciamos a nossa própria formação? O que fazer diante de um sistema educacional que ainda não contempla nas grades curriculares de seus cursos disciplinas que nos habilitem a atuar na escola efetivamente inclusiva? Tais indagações fazem-nos refletir sobre a necessidade da formação docente inicial e continuada para atuar nas escolas, idealizadas como inclusivas. Faz-se necessário, ao profissional, que com elas irão trabalhar, estar preparado para que possa desenvolver, no mínimo, seu papel frente a essa temática que é a diversidade voltada para a inclusão.

Palavras-chave: História. Brasil. Inclusão. Formação de Professores.

1. Introdução

Nos últimos anos, não podemos negar, que houve avanços acerca da inclusão. Avanços estes que fazem com que a temática seja discutida e, ainda, preocupa a sociedade em torno de seus direitos e deveres frente às pessoas com deficiência (PcD). Em face disto, a história nos remete aos primórdios, expondo com clareza o que foi a exclusão dessas pessoas e o processo de transformação que garantiu a aplicabilidade da inclusão. A esse respeito,

Schultz e Schultz (1981, p. 20) asseveram que “o conhecimento da história pode trazer ordem à desordem e produzir sentido a partir do caos; permite enxergar o passado com mais clareza e explica o presente”.

Cabe nos destacar que o preconceito e a falta de preparo para lidar com tal temática ainda assusta aqueles que se deparam com as PcDs, gerando, por falta de entendimento, tratamento excludente, desconstruindo o que as leis, a saber, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), garantem. Ou seja, tal lei assegura o direito à inclusão em todos os aspectos, promove a socialização daqueles vistos como diferentes, anormais, estigmatizados, preconceituados, deformados, dentre outros, pelos *ditos normais*.

Neste sentido, com pensamento de respeito e inclusão às diferenças, Ferreira e Guimarães (2003, p. 44) ressaltam que

É preciso despertar para a respeitabilidade, a compreensão, a educação e a reabilitação da pessoa com deficiência, assumindo uma política de direitos humanos que garanta a todos, indistintamente, oportunidades educacionais, laborais, de lazer e de bem-estar.

Com base no contexto histórico, a educação inclusiva, de maneira sucinta, será elencada no texto, sendo detalhados os avanços desde o século passado até a presente data. O presente estudo tem como objetivo refletir sobre o processo de inclusão no Brasil, apontando os principais marcos históricos, bem como analisar a construção da formação docente.

2. Metodologia

Como parâmetro metodológico, utilizamos a pesquisa qualitativa, bem como a investigação bibliográfica.

3. Desenvolvimento e resultados

O ponto de partida para a educação especial no Brasil foi no ano de 1854 e 1857. Neste período ocorreram os primeiros movimentos de inclusão e de educação especial no país. No Brasil, o atendimento escolar teve início na década de 50. A esse respeito, Mazzotta (2005, p. 28) descreve que “foi precisamente em 12 de setembro de 1854 que a primeira providência neste sentido foi concretizada por Dom Pedro II”. Refere-se à fundação do Instituto Imperial dos Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro, atualmente, conhecido como Instituto Benjamin Constant (IBC). E em 1857, também fundado pelo Imperador Dom

Pedro II, foi criado o Instituto Imperial dos Meninos Surdos Mudos, hoje, Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES).

Partindo dessa premissa, Mazzotta (1996 apud MIRANDA, 2008, p. 31, Grifo da autora), assinala que

A fundação desses dois Institutos representou uma grande conquista para o atendimento dos indivíduos deficientes, abrindo espaço para a conscientização e a discussão sobre a sua educação. No entanto, não deixou de “se constituir em uma medida precária em termos nacionais, pois em 1872, com uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos, no país eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos”.

Assim, diante das demandas, exigências e notoriedade ao tema, foram surgindo à necessidade de outros centros de apoio que acolhessem e educassem as PcDs. Desse modo, historicamente, destacam-se: o Instituto Pestalozzi para as pessoas com deficiências mentais, fundado no começo do século XX, em 1926; em 1945, foi criado o primeiro atendimento educacional especializado as pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi; em 1950, foi criada a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD) e em 1954, foi fundada a primeira Associação de Pais e amigos dos Excepcionais (APAE).

Destaca-se que até 1960 não havia preocupação do Estado brasileiro em relação às pessoas com deficiência, ou seja, elas viviam segregadas em hospitais, igrejas, abrigos, hospícios, lares/casas espíritas. Nessa mesma década, definitivamente, o Governo Federal assume publicamente a educação especial e, a partir daí, em 10 anos foram criadas 800 instituições de educação especial no país (JANNUZZI, 2004).

Em relação à educação especial, ocorrida entre 1960 a 1990, consolidou-se a **integração escolar**, a qual previa que neste modelo são os alunos que deveriam se adaptar ao sistema educacional, e não o sistema a eles. Neste período, os alunos com deficiência iam para as escolas regulares, porém estudavam em salas separadas (salas individualizadas por deficiência). Ação educativa esta que não se faz presente no processo de escolarização como enfatizam Andrade e Schütz (2002, p. 8 apud Sahb, sd. p. 6)

Somente diante de um processo de escolarização, onde haja acesso e permanência na escola regular, com interações sociais voltadas a promover o desenvolvimento do sujeito é que existe de fato a inclusão.

A partir de 1990, passou-se a conviver com a era da inclusão escolar, a qual prevê que é o sistema, a escola e os professores que precisam se adaptar para atenderem com qualidade os alunos com deficiência no espaço escolar. Estabeleceu-se, assim, a relação entre direito e

educação, com acesso garantido por lei a todas as pessoas.

Cumpre-nos assinalar que algumas convenções marcaram a inclusão escolar das PcDs, ambas promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Exemplo: Declaração Mundial de Educação para todos, UNESCO 1990, Declaração de Salamanca, UNESCO 1994 e a Declaração da Guatemala, UNESCO 1999.

A história da educação nos revela um cenário no sistema de ensino carregado de mudanças, transformações e processos no qual está pautada a Construção da Formação Docente, principalmente, no que tange à perspectiva inclusiva. Esta, por sua vez, ainda requer um olhar mais atento diante dos desafios da profissão de educador para trabalhar com PcDs.

No que se refere à formação de professores no Brasil, em análise, Scheibe e Valle (2007, p. 258-259) preconizam as mudanças na organização do sistema de ensino, com ocorrência nas esferas administrativas em âmbito federal, estadual e municipal apresentadas em três fases:

a primeira começa com o advento da República (1889) e se prolonga até o início de 1960, preconizando uma formação de nível médio, considerada fundamental à escolarização das novas gerações. A educação passa a ser vista como um serviço público de responsabilidade do Estado [...]

Na primeira fase, o Estado mantivera a responsabilidade da formação docente, defendendo a formação a nível médio como ensino fundamental para a educação das novas gerações. Sob uma óptica republicana, tinha como intuito, formar cidadãos civilizados a fim de fortalecer uma sociedade que buscava a hegemonia.

De acordo com Scheibe e Valle (2007, p. 259), podemos ver que

a segunda fase prossegue até os anos de 1980, estando centrada principalmente numa concepção tecnicista de formação profissional, que permanece circunscrita ao ensino médio. Esta fase se constitui sobretudo com a chegada dos militares ao poder em 1964 e a instituição de um regime autoritário e burocrático, [...]

Já na segunda fase, a formação profissional continuava restrita ao ensino médio, porém com intuito de controlar as massas e prepará-las para as novas necessidades do mercado de trabalho, por meio de um regime autoritário e burocrático, como cita os autores. Vale lembrar que, nessa fase, especificamente na década de 1960, ocorreu a consolidação da integração escolar sob a ótica da educação especial. Entretanto, devido à preocupação do Estado em relação à qualidade do ensino, no ano de 1985, deu-se início à terceira e última fase salientada por Scheibe e Valle (2007, p. 259)

a terceira fase aparece claramente após a instalação da Nova República (1985), quando se propõe a formação para o exercício docente ao nível superior. Nesta fase é atribuída à educação escolar a missão de compensar o déficit educacional e social, acumulado pela baixa qualidade e produtividade dos sistemas públicos de ensino, e participar efetivamente da democratização da sociedade brasileira.

É na terceira fase que a mudança verdadeiramente ocorre. A responsabilidade quanto à formação dos profissionais da educação passa a ser atribuída às universidades. Destaca-se, então, a formação a nível superior. Esta mudança ocorreu devido à preocupação do Estado quanto à má qualidade do ensino e da baixa produtividade, ofertada pela rede pública de ensino aos futuros educadores.

Em tal perspectiva, Stobâus e Mosquera (2005, p. 127), em sua pesquisa com professores sobre formação, acrescentam a ideia de que apesar de haver “preparo específico em curso de graduação na área”, não complementa as necessidades na área da Educação Especial. Compreende-se que não há uma preocupação em relação ao processo de aprendizagem ou desenvolvimento do profissional que atua com as PcDs, nem nas dificuldades por ele apresentadas, mas, possivelmente, com o objeto que possa comprovar sua formação continuada (a certificação).

Dessa forma, percebe-se que a formação docente no Brasil deve estar pautada numa reflexão sistemática de suas ações e das transformações ocorridas no cenário da inclusão, assim como no ensino e aprendizagem. Pois somente assim poderá favorecer a inclusão, independentemente desses alunos terem ou não alguma necessidade educativa especial.

4. Considerações Finais

No âmbito escolar, a inclusão resume-se em colocar, no mesmo grupo, crianças com e sem necessidades educativas especiais, independentemente das necessidades, não respeitando suas especificidades. O que importa é o desenvolvimento educacional. Não existem, por parte da equipe pedagógica, ações diferenciadas essenciais durante todo o tempo de permanência do deficiente na escola, para atender suas necessidades. Por esse prisma, podemos considerar que incapacitantes são aqueles que tornam incapazes os que querem se capacitar.

Conclui-se que o fato do currículo ser voltado apenas para alunos ditos normais, acaba-se esquecendo da adaptação curricular a qual deveria atender a todos, acarretando assim, a segregação dos deficientes. Durante a formação docente, o currículo também não contempla a preparação para uma posterior imersão ao mundo da inclusão, formando

professores despreparados para trabalhar com a diversidade na sua práxis educativa, desprezando o real conceito da inclusão.

Portanto, não bastam decretos, resoluções e legislações que efetivem a inclusão e regulamentem a formação curricular. Deve-se concretizar a aceitação da diferença humana e respeitar a diversidade em todas as suas dimensões. Para lidar com a inclusão, a formação docente precisa ser vista como um processo contínuo, de modo a favorecer o conhecimento diante da diversidade comportamental e social. Aliada a essa proposta, as mudanças, para se romper as barreiras atitudinais e a transdisciplinaridade, servirão como fatores relevantes para transformar a ação docente e, conseqüentemente, beneficiar a educação inclusiva.

5. Referências

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MAZZOTTA, Marco J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5, ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **Educação Especial no Brasil: Desenvolvimento Histórico**. Cadernos de História da Educação. n. 7. jan./dez. 2008. p. 29-44.

SAHB, Warley Ferreira. **Educação Especial: olhar histórico, perspectivas atuais e aporte legal**. Disponível em: [http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/links-uteis/acessibilidade-e-inclusao/textos/29077-29095-1-PB.pdf/view](http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/links-uteis/ acessibilidade-e-inclusao/textos/29077-29095-1-PB.pdf/view) Acesso em: 13 jul. 2017.

SCHEIBE, Leda; VALLE, Ione Ribeiro. A formação dos professores no Brasil e em Santa Catarina: do normalista ao diplomado na educação superior. In: NASCIMENTO, Antônio Dias; HETKOWSKI, Tânia Maria. (Orgs). **Memória e Formação de Professores**. Salvador: Edufba, 2007.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. **A História da Psicologia Moderna**. São Paulo: Cultrix, 1981.

STOBÂUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mouriño. Ideários da Educação Especial Através de Depoimentos de Professores e seus Alunos. In: FREITAS, Soraia; RODRIGUES, David; KREBS, Ruy. (Orgs.). **Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2005.